

Unimed
Seguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias individuais
em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do comitê de auditoria	9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais	19

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras individuais intermediárias de 30 de junho de 2018 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguradora S.A. (“Companhia”).

O Mercado Segurador

O segmento de pessoas no primeiro semestre de 2018 apresentou em prêmios de seguros uma alta de 11,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os segmentos de pessoas individual e coletivo somam R\$ 15,8 bilhões segundo dados da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A sinistralidade do segmento de seguros de pessoas no período de 2018 chegou a 27,9%. O segmento de pessoas individual atingiu a sinistralidade de 28,7% e o de pessoas coletivo a 27,7%. A despesa de comercialização do mercado de seguros de pessoas atingiu 35,9% em 2017. O segmento de pessoas individual atingiu 65,0% e o de pessoas coletivo atingiu 32,0%.

Cenário Econômico

Neste primeiro semestre de 2018 as estimativas do PIB tem sido revistas a todo momento. A expectativa é que o ano termine com um crescimento de 1,5%. O cenário político continua com grandes instabilidades, afetando os mercados em geral.

O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo aponta uma inflação média anual de 4,1%, abaixo do teto da meta estipulada pelo governo.

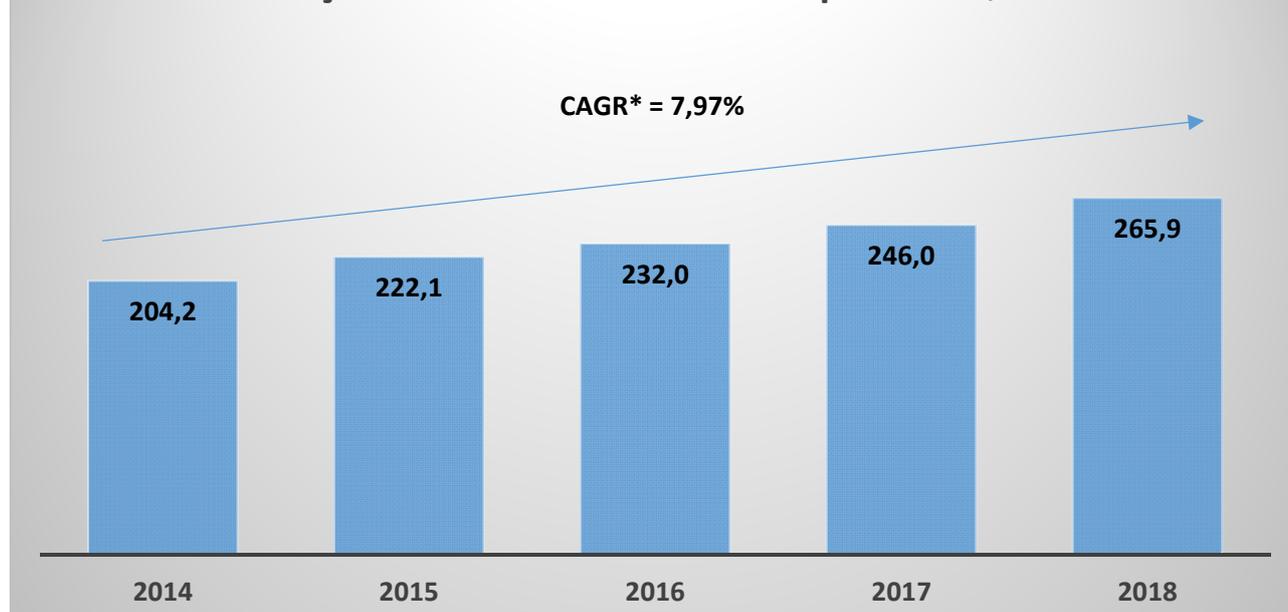
O desemprego foi outro termômetro da economia no primeiro semestre de 2018, a queda na taxa de desemprego ajudou na performance dos mercados de consumo e serviços. No primeiro trimestre de 2018 houve um pequeno aumento na taxa de desemprego em relação ao fechamento do ano de 2017 (12,4%), ficando estável em 12,7% da população econômica ativa no fechamento do semestre.

A taxa de juros fechou o primeiro semestre de 2018 em 6,5% (8,5% no mesmo período de 2017).

Desempenho Econômico-Financeiro

O segmento de pessoas da Companhia fechou o primeiro semestre de 2018 com R\$265,9 milhões em prêmios emitidos, um crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período de 2017. O percentual de crescimento é maior do que o apresentado no mesmo período do ano anterior que foi de 6,6%, resultado das ações de retenção e busca de novas parcerias em linha com a estratégia da empresa.

Evolução dos Prêmios Emitidos Líquidos - R\$ MM



* CAGR = *Compound Annual Growth Rate*

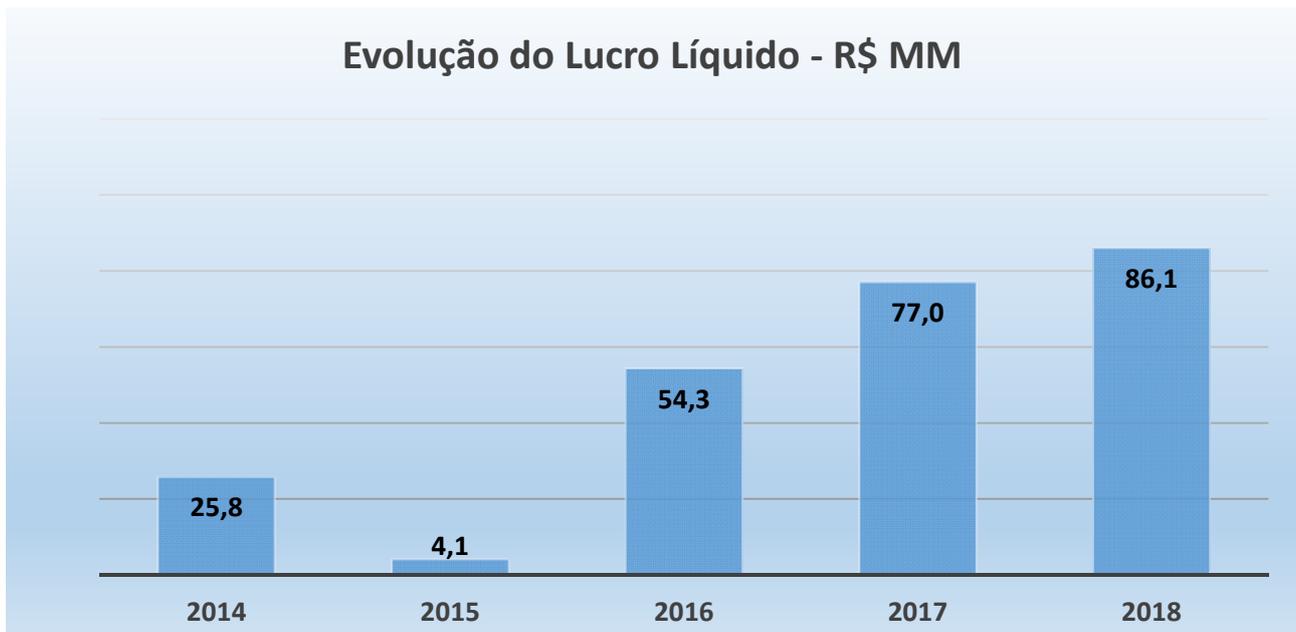
Os sinistros ocorridos totalizaram no primeiro semestre de 2018 o montante de R\$115,8 milhões, com índice de sinistralidade de 43,1% contra 41,8% no mesmo período de 2017.

A operação de previdência arrecadou R\$59,3 milhões em contribuições e prêmios, um crescimento de 26,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

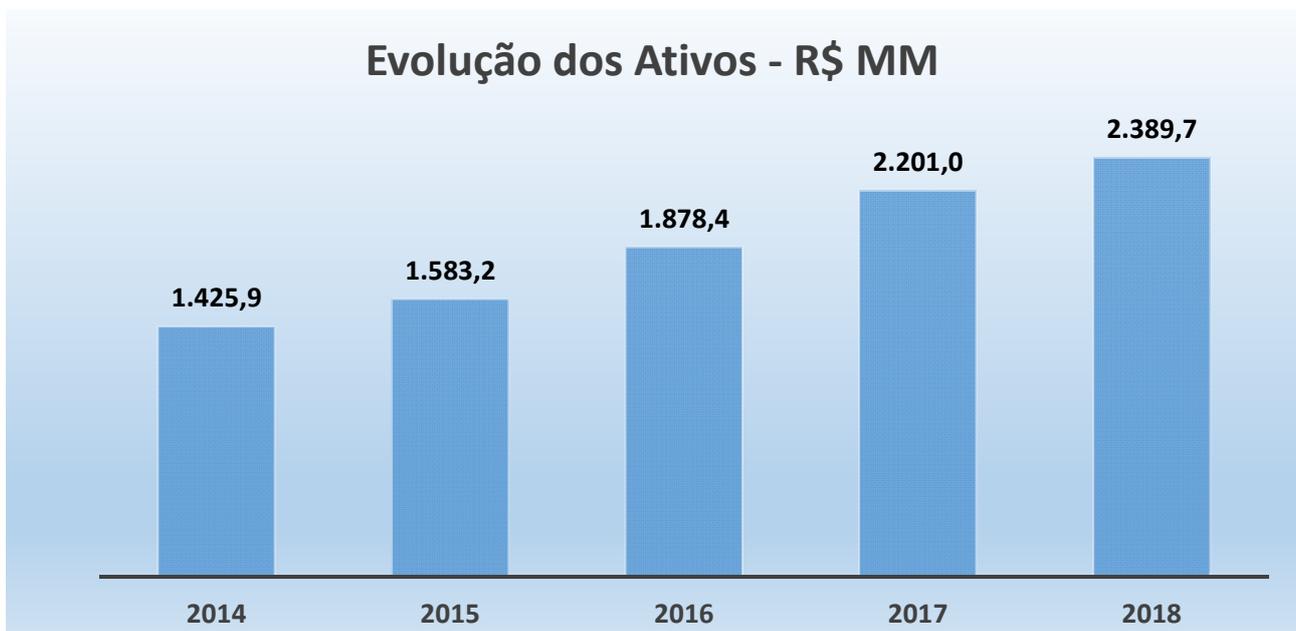
As despesas administrativas totalizaram R\$57,5 milhões no primeiro semestre de 2018, um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2017. A Companhia atua fortemente no controle de suas despesas administrativas, para garantir o retorno mínimo definido em orçamento e nas ações de planejamento estratégico da Companhia.

O resultado financeiro alcançou R\$5,7 milhões no primeiro semestre de 2018, contra R\$17,2 no mesmo período de 2017. A queda do resultado financeiro se deve basicamente a redução da taxa de juros e reflexo de marcação a mercado de títulos privados.

O lucro líquido da Companhia no período de 2018, já considerando o resultado por equivalência patrimonial de suas controladas, foi de R\$86,0 milhões, com ROAE (*Return on Average Equity*) de 8,35%.



Os ativos totalizaram R\$2.389,7 milhões no primeiro semestre de 2018, o que representou um crescimento de 8,6% em relação a 2017.



Sustentabilidade

A Companhia, pertencente ao Sistema Unimed, o maior sistema cooperativista do mundo, entende que a cooperação é fundamental na sua forma de operação e interação com seus parceiros de negócio, e por meio de seus produtos e serviços gera de valor social à comunidade. A Companhia se propõe a discutir e buscar soluções, em colaboração com a os demais atores pertinentes, para os principais desafios que o setor de seguros e a sociedade enfrentam na atualidade, colocando-se como uma parceira na busca do crescimento e desenvolvimento sustentável.

Para a Companhia, avançar nos compromissos de sustentabilidade significa incorporar aspectos sociais, ambientais e de governança (ASG) a todas as suas atividades. O modelo de gestão é orientado pelos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI - *principles for sustainable insurance*), direcionado pelos quatro princípios para sustentabilidade em seguros: Negócios de seguros; clientes e parceiros comerciais; governo e órgãos reguladores; e relatórios e comunicação. Tais princípios são desdobrados, em projetos e ações que permeiam as realizações da Companhia, através dos temas materiais, qualidade do serviço e atendimento, gestão da cadeia de valor, educação e comunicação para clientes, privacidade e segurança de dados de clientes, e inovação de produtos e serviços responsáveis, que tem como foco principal a satisfação do cliente.

É importante ressaltar que, mesmo não apresentando impactos ambientais significativos, a Companhia desenvolveu programas e campanhas socioambientais com o objetivo de incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis com seu público interno e nas comunidades com as quais se relaciona, visando a proteção dos recursos naturais por meio do uso consciente em suas operações.

Programa Atitude Sustentável

Criado para incentivar o uso consciente dos recursos ambientais entre os colaboradores, o Programa Atitude Sustentável visa reduzir o consumo de água, energia, papel e impressões, coleta seletiva, além de fomentar iniciativas para melhorar o aproveitamento desses recursos.

Projeto Reciclo

Criado em 2010 pela Companhia, o “Projeto Reciclo” incentiva o descarte correto das carteirinhas de seguro saúde vencidas, pois são desenvolvidas com material 100% reciclável. A ação consiste na instalação de máquinas “papa cartão”, para que o usuário corte o cartão, transformando esse resíduo em brindes reciclados, mais de 2 milhões de cartões foram reciclados.

Investimento Social

As ações são coordenadas pela área de Sustentabilidade e contam com o apoio e a participação voluntária dos colaboradores de várias áreas da Companhia. O objetivo é atender comunidades por meio de ações voltadas à área da saúde e assistindo idosos, moradores de rua, crianças, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, bem como ações relacionadas às questões de comportamento, qualidade de vida e meio ambiente. Em 2017, aproximadamente 17.000 beneficiados entre adultos e crianças.

Site Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade é o principal canal de divulgação dos avanços da Companhia relacionados a aspectos sociais, ambientais e de governança (ASG), além de fornecer informações econômicas da empresa.

O relatório é elaborado segundo as orientações do GRI (*Global Reporting Initiative*). O método é utilizado desde 2010 e um de seus pontos fortes é permitir a comparação de iniciativas de sustentabilidade entre empresas e, assim, reforçar a transparência.

Acompanhando as tendências na prática de se reportar, desde 2014, a Companhia utiliza o modelo de relato GRI G4, disponível em nosso site <http://sustentabilidade.segurosunimed.com.br>

Prêmios e Reconhecimentos

Os rankings que avaliam o setor confirmam a solidez, a sustentabilidade e a confiança na marca Seguros Unimed, no último ano:

A Companhia foi destaque no ranking *Finanças Mais 2018*, divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo. Ficamos na 9ª posição no ranking de vida e previdência.

A Companhia aparece na 17ª posição no ranking da *Valor 1000*, no segmento de vida e previdência - uma posição a frente do ano anterior - considerando o total das aplicações financeiras.

No ranking da *Época Negócios 360º*, a Companhia se destaca como sendo, a 5ª melhor seguradora do país, ocupa a 75ª colocação entre as 300 melhores companhias do país. No ranking das seguradoras, ocupa a 29ª colocação. Das seis dimensões avaliadas pela publicação, a empresa ocupa a primeira colocação em práticas de recursos humanos. Destaque também para seu desempenho financeiro e governança corporativa.

No ranking das *Maiores e Melhores (Revista Exame)* a Companhia ocupa a 43ª posição em prêmios emitidos líquidos

No ranking *As Melhores da Dinheiro* a Companhia ocupa, o 2º lugar em sustentabilidade financeira e governança corporativa, o 3º lugar em recursos humanos e responsabilidade social, e o 5º lugar em inovação e qualidade. No segmento de seguros e previdência é a 4ª colocada no ranking, ocupa o 3º lugar em governança corporativa, ocupa o 4º lugar em responsabilidade social, e ocupa o 5º lugar nos critérios de sustentabilidade financeira, recursos humanos e qualidade.

No ranking da *Revista Gestão RH* está entre os 100 melhores fornecedores para RH 2017

Finalista na categoria “Relatório de Sustentabilidade” no prêmio de *Comunicação Unimed*

A Companhia possui o nível Ouro no Selo de Governança e Sustentabilidade

Eventos Societários

Em fevereiro de 2018, a Companhia realizou aporte de capital em sua controlada, Unimed Seguros Patrimoniais, no montante de R\$ 50,0 milhões (vide nota 11).

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$1,1 bilhão no primeiro semestre de 2018, representado por 5.003.523.422 ações.

Declaração de Capacidade Financeira

A Administração da Companhia declara ter capacidade financeira e intenção de manter as aplicações classificadas na categoria “mantidos até o vencimento” até o vencimento.

Remuneração aos acionistas e reinvestimento de lucros

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social, sendo o saldo restante transferido para as reservas de lucros para capitalização da Companhia.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 21 de agosto de 2018

A Administração

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Unimed Seguradora S.A. (“Companhia”), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê participou de reuniões com Contabilidade, Financeiro, Controladoria, área de Tecnologia da Informação, Jurídico, Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Emissão e Faturamento, Resseguros, Atuarial, Regulação de Sinistros e auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão da Administração, indicativo de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado e aprovado o plano anual de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, tendo debatido com os auditores independentes e com a Administração as práticas contábeis relevantes utilizadas.

Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da Unimed Seguradora S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A.

São Paulo, 21 de agosto de 2018

Comitê de Auditoria

Marcos Valério
Coordenador

Luiz Roberto Cafarella

Fernando Ramos



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Aos Conselheiros e Diretores da
Unimed Seguradora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguradora S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Unimed Seguradora S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		1.194.552	1.125.340	Circulante		276.910	269.860
Disponível		7.745	9.939	Contas a pagar		25.643	19.033
Caixa e bancos		7.745	9.939	Obrigações a pagar	13	6.031	6.798
Aplicações	5a	1.135.818	1.061.963	Impostos e encargos sociais a recolher		3.548	4.632
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	25.515	22.809	Encargos trabalhistas		8.918	6.079
Prêmios a receber	7a	24.407	19.920	Empréstimos e financiamentos		-	70
Operações com seguradoras	6	595	1.478	Impostos e contribuições	14	7.146	1.454
Operações com resseguradoras	6	513	1.411	Débitos de operações com seguros e resseguros		11.860	11.624
Créditos das operações com previdência complementar		1.508	1.521	Prêmios a restituir		2.169	1.925
Valores a receber		1.508	1.521	Operações com seguradoras		284	284
Outros créditos operacionais		36	114	Operações com resseguradoras	15a	3.574	3.136
Ativos de resseguro	8a	1.487	884	Corretores de seguros e resseguros	15b	5.833	6.279
Títulos e créditos a receber		20.367	26.179	Débitos de operações com previdência complementar		74	82
Títulos e créditos a receber		3.358	11.809	Contribuições a restituir		23	16
Créditos tributários e previdenciários	9	9.325	9.138	Operações de resseguro		1	-
Outros créditos		7.684	5.232	Outros débitos operacionais		50	66
Outros valores e bens		196	227	Depósitos de terceiros	16	6.206	6.380
Outros valores		196	227	Provisões técnicas - seguros		101.044	101.018
Despesas antecipadas		706	495	Pessoas	17a	90.104	89.950
Custo de aquisição diferidos	10	1.174	1.209	Vida com cobertura por sobrevivência	17c	10.940	11.068
Seguros		1.157	1.195	Provisões técnicas - previdência complementar	17c	132.083	131.723
Previdência		17	14	Planos bloqueados		118	288
Ativo não circulante		1.195.105	1.075.697	Planos não bloqueados		28.713	28.538
Aplicações	5a	277.341	271.648	PGBL		103.252	102.897
Ativos de resseguro	8a	441	343	Passivo não circulante		1.039.247	942.598
Títulos e créditos a receber		94.954	92.304	Provisões técnicas - seguros		181.528	132.370
Créditos tributários e previdenciários	9	24.790	24.570	Pessoas	17a	24.143	24.559
Depósitos judiciais e fiscais	18	70.164	67.734	Vida com cobertura de sobrevivência	17c	157.385	107.811
Empréstimos e depósitos compulsórios		4	4	Provisões técnicas - previdência complementar	17c	761.047	714.373
Custo de aquisição diferidos	10	223	133	Planos bloqueados		182	183
Seguros		223	133	Planos não bloqueados		83.057	84.865
Investimentos		787.434	674.824	PGBL		677.808	629.325
Participações societárias	11	787.174	674.567	Outros débitos	18	96.672	95.855
Imóveis destinados a renda		250	250	Provisões judiciais		96.672	95.855
Outros investimentos		10	7	Patrimônio líquido	19	1.073.500	988.579
Imobilizado	12a	25.180	25.447	Capital social		519.714	469.759
Imóveis		21.181	21.516	Aumento de capital (em aprovação)		-	49.955
Bens móveis		3.922	3.835	Reservas de capital		874	874
Outras imobilizações		77	96	Reservas de lucros		467.357	467.357
Intangível	12b	9.528	10.994	Ajustes de avaliação patrimonial		(494)	635
Outros intangíveis		9.528	10.994	Lucros ou prejuízos acumulados		86.050	-
Total do ativo		2.389.657	2.201.037	(-) Ações em tesouraria		(1)	(1)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.389.657	2.201.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Unimed Seguradora S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2018	2017
(+) Prêmios emitidos	21a	265.902	245.975
(+) Contribuição para cobertura de riscos		3.027	3.811
(-) Variação das provisões técnicas de prêmios		(221)	(147)
(=) Prêmios ganhos		268.708	249.639
(-) Sinistros ocorridos	21b	(115.766)	(104.473)
(-) Custo de aquisição	21c	(51.242)	(47.361)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	21d	1.482	(1.163)
(+) Resultado com operações de resseguro	21e	(2.787)	(5.197)
(+) Receita com resseguro		2.230	(422)
(-) Despesa com resseguro		(5.017)	(4.775)
(+) Rendas de contribuições e prêmios		59.266	46.970
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(59.394)	(47.298)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(128)	(328)
(+) Rendas com taxa de gestão e outras taxas		6.504	3.519
(-) Variação de outras provisões técnicas		2.123	(5.017)
(-) Custo de aquisição		(2.899)	(1.889)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		96	770
(+) Resultado com operações de resseguro	21e	(90)	(1)
(+) Receita com resseguro		403	-
(-) Despesa com resseguro		(493)	(1)
(-) Despesas administrativas	21f	(57.544)	(56.066)
(-) Despesas com tributos	21g	(9.978)	(5.875)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		38.479	26.558
(+) Resultado financeiro	21h	5.663	17.227
(+) Resultado patrimonial	21i	62.803	53.867
(=) Resultado operacional		106.945	97.652
(=) Resultado antes dos impostos e participações		106.945	97.652
(-) Imposto de renda	22a	(10.305)	(10.423)
(-) Contribuição social	22a	(8.374)	(8.561)
(-) Participações sobre o lucro		(2.216)	(1.647)
(=) Lucro líquido do semestre		86.050	77.021
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		71.301	65.553
Acionistas não controladores		14.749	11.468
Quantidade de ações	19a	5.003.523.422	4.753.748.919
Lucro líquido por lote de mil ações		17,20	16,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Unimed Seguradora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	<u>86.050</u>	<u>77.021</u>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	<u>(1.129)</u>	<u>2.106</u>
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.852)	1.644
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	834	1.201
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda - Controladas	<u>(111)</u>	<u>(739)</u>
Resultado abrangente do semestre, líquido de impostos	<u>84.921</u>	<u>79.127</u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	70.366	67.345
Acionistas não controladores	14.555	11.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Unimed Seguradora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>429.759</u>	<u>40.000</u>	<u>(1)</u>	<u>873</u>	<u>36.241</u>	<u>338.067</u>	<u>(4.171)</u>	<u>-</u>	<u>840.768</u>
Integralização de aumento de capital conforme Portaria SUSEP 299 de 30/03/2017	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	2.106	-	2.106
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	77.021	77.021
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>469.759</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>873</u>	<u>36.241</u>	<u>338.067</u>	<u>(2.065)</u>	<u>77.021</u>	<u>919.895</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>469.759</u>	<u>49.955</u>	<u>(1)</u>	<u>874</u>	<u>42.448</u>	<u>424.909</u>	<u>635</u>	<u>-</u>	<u>988.579</u>
Aumento de capital conforme Portaria SUSEP 849 de 11/04/2018	49.955	(49.955)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.129)	-	(1.129)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	86.050	86.050
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>519.714</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>874</u>	<u>42.448</u>	<u>424.909</u>	<u>(494)</u>	<u>86.050</u>	<u>1.073.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Unimed Seguradora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	86.050	77.021
Ajustes para:	(58.696)	(52.735)
Depreciação e amortizações	2.611	2.570
Redução do valor recuperável de prêmios e cosseguro	881	(56)
Resultado de equivalência patrimonial	(62.718)	(53.782)
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(56)	20
Diferimento das provisões técnicas	1.125	(105)
Diferimento dos ativos de resseguro	(129)	(84)
Créditos fiscais e previdenciários	(406)	(1.296)
Outros ajustes	(4)	(2)
Variação nas contas patrimoniais	1.520	(46.435)
Aplicações	(80.565)	(103.658)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.586)	(3.912)
Créditos das operações de previdência complementar	13	(28)
Ativos de resseguro	(573)	1.183
Despesas antecipadas	(211)	319
Custos de aquisição diferidos	-	(14)
Outros ativos	(1.281)	4.919
Depósitos judiciais e fiscais	(2.430)	(2.531)
Fornecedores e outras contas a pagar	919	(549)
Impostos e contribuições	(6.729)	(20.673)
Débitos de operações com seguros e resseguros	236	3.050
Débitos de operações com previdência complementar	(7)	(2)
Depósitos de terceiros	(175)	1.000
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	(1.387)	2.659
Provisões técnicas - Previdência complementar	96.479	66.685
Provisões judiciais	817	5.117
Caixa gerado/(consumido) nas operações	28.874	(22.149)
Impostos e contribuições pagos	12.422	19.328
Recebimento de dividendos	7.388	220
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	48.684	(2.601)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(878)	(178)
Alienação de imobilizado	-	24
Aumento de capital em controlada	(50.000)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(50.878)	(154)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.194)	(2.755)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.939	11.843
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	7.745	9.088
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.194)	(2.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguradora S.A. (doravante denominada “Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 366 - São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 1990 e oferece produtos nos ramos de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais, planos de benefícios de previdência privada aberta, Planos Geradores de Benefícios Livres (PGBL) e seguro de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) para clientes pessoas físicas, jurídicas e entidades governamentais em todo território nacional.

A Unimed Participações S.A. é controladora da Unimed Seguradora S.A., com participação de 82,86421% no capital social em 30 de junho de 2018. A Unimed Participações S.A. faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, suas federações, confederação nacional e empresas associadas cujos acionistas estão diluídos em cerca de 227 acionistas em 30 de junho de 2018. A Companhia atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas parcela substancial de suas operações.

A Companhia compartilha com suas controladas, certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de agosto de 2018.

A Companhia é controlada pela Unimed Participações S.A. e é controladora do Grupo Seguros Unimed, composto pelas empresas:

Controladas relevantes	Participação acionária	
	2018	2017
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Seguros Saúde S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Saúde e Odonto S.A.(*)	19,40%	48,50%

(*) Trata-se de empresa controlada indiretamente.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Demonstração Intermediária.

c. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras intermediárias individuais foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com as normas homologadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As Notas Explicativas nºs: 3h - Classificação dos contratos de seguro e de investimentos, 5 - Aplicações financeiras, 9 - Créditos tributários e previdenciários, 10 - Custos de aquisição diferidos, 17 - Provisões técnicas de seguros e previdência complementar e 18 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas:

Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia. A classificação do passivo em circulante e não circulante segue os seguintes critérios:

- A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda.
- A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefícios aos assistidos.
- As demais provisões visam a cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 (ou CPC 48) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras individuais de acordo com as IFRS.

Os estudos relacionados ao IFRS 16, inicialmente elaborados pela companhia não indicaram ajustes significativos, todavia como parte do processo de implementação do IFRS, estes encontram-se em fase de revisão dado a complexidade dos contratos utilizados.

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pelas rubricas “Caixa e bancos”.

b. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Prêmios a receber”.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o *spread* médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os ativos financeiros classificados como quotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) são precificados de acordo com o manual de marcação a mercado e a outra parte do caixa de acordo com o valor da cota determinado pelo seu custodiante. A avaliação desse ativo (FIP) é realizada trimestralmente pelo administrador do Fundo, que no caso, é o Banco Votorantim Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), e é baseada no conceito de valor justo de mercado, que corresponde ao preço possível de se obter em uma negociação de mercado. Na metodologia de avaliação, foi adotado o *Income Approach* (Método da Lucratividade), baseado no enfoque do Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

c. Instrumentos financeiros derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria “Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado”.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e o que não é recebido referente aos últimos 30 dias é integralmente provisionado.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

e. Investimentos

(i) Propriedade para investimentos (imóveis destinados a renda)

São registrados nessas rubricas os ativos imobiliários (prédios e terrenos), que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são avaliados ao custo de aquisição. As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear, e proporcionalmente ao longo do período do aluguel.

(ii) Participações societárias

Os investimentos referem-se a participações em controladas e coligadas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir:

- Bens móveis: 5 a 10 anos
- Imóveis em uso: 50 anos
- Outros: 5 a 10 anos.

g. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com

terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro foram classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*.

Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

Os prêmios e as contribuições aportados pelos participantes (VGBl e PGBL), líquidos da taxa de carregamento, acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimentos exclusivos nos termos da legislação vigente, são creditados às provisões matemáticas dos participantes.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente.

i. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento do prêmio é de 29 dias e o de diferimento dos custos de agenciamento é de 12 meses.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos

à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

j. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo de diferimento médio dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência do certificado/apólice.

k. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

Seguros de pessoas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice/certificado ou endosso dos contratos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 12 meses.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras individuais, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados — *Incurred But Not Enough Reported* (IBNER), calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é calculada conforme nota técnica atuarial, tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de *run-off* para o período de 36 meses.

A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR-Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é

calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados.

Previdência complementar

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), relacionadas aos planos de previdência complementar tradicional, correspondem ao montante de recursos aportados pelos participantes do plano, rentabilizados respeitando as garantias mínimas contratuais, líquidos de carregamento, quando for o caso, constituídos durante o período de diferimento para os planos estruturados nos regimes financeiros de capitalização e repartição de capital de cobertura.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder vinculadas a planos de previdência de modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBl e PGBL) representam o montante dos prêmios e das contribuições aportados pelos participantes, líquidos de carregamento, acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimentos exclusivos nos termos da legislação vigente.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é o valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados dos participantes em gozo de benefícios.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por certificado ou endosso dos contratos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão, em bases retrospectivas, no período de seis meses.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir as despesas relacionadas futuras dos planos de benefício definido, de contribuição definida e de contribuição variável. É calculada para participantes ativos, bem como em gozo de benefício. Para os participantes em fase de contribuição, o cálculo da provisão é feito com base na probabilidade de cada participante sobreviver e entrar em gozo de benefício de prestação continuada no decurso do prazo de diferimento, considerando o custo fixo mensal de despesa administrativa. Para coberturas de risco, o cálculo é análogo, considerando a probabilidade de ocorrência do evento gerador. Para participantes em gozo de benefício, o cálculo considera o valor presente da anuidade de capital considerando as bases técnicas do plano e o custo fixo mensal de despesa administrativa.

A Provisão de Excedente Financeiro (PEF), calculada conforme nota técnica atuarial, representa o resultado financeiro da diferença, se positiva, entre o patrimônio líquido do Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e a provisão matemática de benefício.

I. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos

em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras individuais as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro e previdência. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização.

Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares.

Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foi utilizada a tábua BR-EMS, e os valores dos fluxos de caixa projetados, das operações de previdência, foram descontados pela taxa denominada Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) divulgada pela SUSEP e pela ANBIMA, considerando o cupom da curva referente a cada produto: Tradicional - IGP-M e TR; PGBL e VGBL - Pré-Fixada.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir:

- Previdência (Produtos Tradicionais, PGBL e VGBL em diferimento)
- Previdência (Produtos Tradicionais, PGBL e VGBL em pagamento)
- Seguros de Pessoas (Auxílio-funeral, Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida, Prestamista Rural, Viagem e Prestamista Imobiliário, Desemprego/Perda de Renda e Eventos Aleatórios (SERIT)).

Para realização dos testes, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Taxa de juros contratada para ativos de 6% a.a. para o Plano Tradicional
- Tábua BR-EMS
- Sinistralidade de 47%
- Taxas de juros (ETTJ), divulgada pela SUSEP e ETTJ ANBIMA.

Em 30 de junho de 2018, o resultado do teste de adequação indicou a necessidade de provisão adicional no segmento de planos de previdência tradicionais de R\$ 23.162 milhões, sendo contabilizado o montante de R\$ 16.819 milhões na Provisão Complementar de Cobertura devido à dedução da parcela da mais valia dos ativos, correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente na categoria “Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento” no montante de R\$ 6.343 milhões.

m. Benefícios aos empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Planos de contribuição definida

A Companhia oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida.

A Companhia também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Companhia para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

n. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável".

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras individuais.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

p. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para impostos de renda do período e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo regulamentar.

q. Lucro líquido por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas na data-base.

4 Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a organização, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Unimed Seguradora S.A., no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Com o objetivo de zelar pela transparência nas atividades, bem como nos relacionamentos da organização, os Comitês de Assessoramento da Companhia contam também com a participação periódica do presidente e do vice-presidente do Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que se reporta ao Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A. Tem como objetivo fornecer suporte à Administração, voltado à transparência dos negócios aos acionistas.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretivas que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia.

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, em relação aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia.

Gestão de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Unimed Seguradora S.A. é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a qual estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. As Diretorias Financeira, Técnica e Atuarial são responsáveis pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguradora S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. Demonstramos o capital necessário para suportar riscos (Nota Explicativa nº 19.e).

a. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é o de a frequência e/ou severidade de sinistros/benefícios ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.

Recálculo das provisões técnicas - Periodicamente, são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados.

Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

Análise de sensibilidade (Seguros de Pessoas)

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros.

- Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR.
- Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Fatores de risco	2018			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Variação nas provisões	Impacto no resultado e patrimônio líquido	Variação nas provisões	Impacto no resultado e patrimônio líquido
IBNR	4.318	2.375	4.151	2.283
Aumento de 5% na sinistralidade	13.286	7.307	13.027	7.165

Análise de sensibilidade (Planos de Previdência)

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações. O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do TAP.

A hipótese de saída reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada. Para essa hipótese foi utilizada redução de 5% na taxa de saída.

A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou 1%.

A ETTJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada *Ultimate Forward Rate* (UFR) aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas; sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos. Nesse parâmetro de sensibilidade, consideramos redução de 100 pontos base na ETTJ.

Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Planos em fase de acumulação

	Impacto em 2018	
Fatores de risco	Variação nas provisões	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Taxa de saída	208	114
Longevidade (<i>improvement</i>)	2.172	1.195
Taxa de juros	7.799	4.289

Planos em fase de concessão de benefícios

	Impacto em 2018	
Fatores de risco	Variação nas provisões	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Longevidade (<i>improvement</i>)	751	413
Taxa de juros	2.515	1.383

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

Sinistros brutos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	169.282	188.804	210.517	210.308	106.888	106.888
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	176.686	198.089	216.979	213.782	-	213.782
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	179.251	199.603	218.234	-	-	218.234
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	180.341	200.283	-	-	-	200.283
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	180.965	-	-	-	-	180.965
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	160.774	-	-	-	-	-	160.774
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.803	-	-	-	-	-	-	156.803
7 anos após o aviso	435.942	116.867	128.751	-	-	-	-	-	-	-	128.751
8 anos após o aviso	433.176	116.926	-	-	-	-	-	-	-	-	116.926
9 anos após o aviso	433.752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	433.752
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2018	433.752	116.926	128.751	156.803	160.774	180.965	200.283	218.234	213.782	106.888	1.917.158
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.881)	(4.626)	(4.194)	(7.585)	(5.373)	(11.683)	(11.479)	(7.716)	(3.474)	-	(69.011)
Pagamentos de sinistros efetuados	426.261	116.395	128.030	155.367	159.322	178.729	197.250	214.007	208.517	77.406	1.861.286
Sinistros pendentes	7.490	531	721	1.435	1.452	2.237	3.033	4.226	5.265	29.482	55.872
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.158
IBNeR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.109

Sinistros líquidos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	104.286	104.286
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	213.894	-	213.894
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.212	-	-	219.212
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.829	-	-	-	198.829
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.527	-	-	-	-	179.527
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	160.774	-	-	-	-	-	160.774
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.803	-	-	-	-	-	-	156.803
7 anos após o aviso	435.942	116.867	128.751	-	-	-	-	-	-	-	128.751
8 anos após o aviso	433.176	116.926	-	-	-	-	-	-	-	-	116.926
9 anos após o aviso	433.752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	433.752
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2018	433.752	116.926	128.751	156.803	160.774	179.527	198.829	219.212	213.894	104.286	1.912.753
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.881)	(4.626)	(4.194)	(7.585)	(5.373)	(11.658)	(11.125)	(8.965)	(3.587)	-	(69.993)
Pagamentos de sinistros efetuados	426.261	116.395	128.030	155.367	159.322	177.290	196.082	215.062	208.695	75.355	1.857.860
Sinistros pendentes	7.490	531	721	1.435	1.452	2.237	2.747	4.150	5.199	28.931	54.893
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.520
IBNeR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.109

Gerenciamento de riscos por linhas de negócio

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação da eventual necessidade de alterações nos produtos.

Seguros de vida, renda de eventos aleatórios e previdência

Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade, longevidade e invalidez
- Risco de baixa persistência
- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros.
- Risco de severidade e frequência de sinistros.

Os riscos apresentados são gerenciados como exposto a seguir:

- Os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro, bem como do reenquadramento etário, previsto nos contratos; adicionalmente, a mortalidade é verificada no cálculo do TAP quando testado o impacto da tábua contratada no plano com a tábua de mortalidade realista vigente.
- O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente no qual a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e efetua as devidas provisões e alterações técnicas necessárias para minimizar os futuros impactos.
- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices.
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. *Risco de mercado*

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Investimento em instrumentos derivativos, cujo objetivo é proteger a carteira contra o risco de flutuação nas taxas de juros quando se tratar de PGBL/VGBL.
- Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de VaR.

A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros provenientes de reservas para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(iii) Resultados do teste de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e Selic), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado			
		Taxa de juros			Ações
Classe de ativo		+1%	-1%	+10%	-10%
Títulos pós-fixados					
Quotas de Fundo Exclusivo Previdenciário	947.311	-	-	-	-
Disponível para venda	57.075	571	(571)	-	-
Avaliados a valor justo	137.504	1.375	(1.375)	-	-
Títulos pré-fixados					
Até o vencimento	19.866	-	-	-	-
IPCA					
Disponível para venda	61.821	(3.285)	3.285	-	-
Até o vencimento	109.957	-	-	-	-
Avaliados a valor justo	1.417	14	(14)	-	-
IGP-M					
Disponível para venda	1.739	(135)	135	-	-
Até o vencimento	68.410	-	-	-	-
Renda variável					
Avaliados a valor justo	8.059	-	-	806	(806)
Impacto no patrimônio líquido	-	(3.420)	3.420	-	-
Impacto no resultado	-	1.960	(1.960)	806	(806)
Impacto líquido de impostos PL	-	(1.881)	1.881	-	-
Impacto líquido de impostos resultado	-	1.078	(1.078)	443	(443)
Total	1.413.159	-	-	-	-

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros

Liquidez	30/06/2018		31/12/2017	
	R\$ (mil)	% Carteira	R\$ (mil)	% Carteira
Imediata	231.982	16%	225.189	16%
1 a 30 dias	85.115	6%	97.292	7%
31 a 60 dias	100.076	7%	72.096	5%
61 a 90 dias	50.568	3%	62.173	4%
91 a 120 dias	32.201	2%	59.644	4%
121 a 150 dias	156	0%	680	0%
151 a 180 dias	36	0%	193	0%
181 a 365 dias	1.014	0%	950	0%
Mais de 365 dias	959.785	66%	868.045	63%
Total	1.460.933	100%	1.386.261	100%

Para as aplicações financeiras, a Companhia define liquidez, a data do vencimento do ativo, inclusive para o ativos dos Fundos Exclusivos.

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia *Assets and Liabilities Management* (ALM). Essa metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

	Sem Vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	7.745	-	-	-	-	-	7.745
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	148.959	-	-	176.577	496.650	272.105	1.094.291
Títulos públicos	-	-	-	2.731	2.298	-	5.029
Quotas de fundos de investimento abertos	141.951	-	-	-	-	-	141.951
Quotas de fundos de investimento exclusivos	7.008	-	-	173.846	494.352	272.105	947.311
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	36.211	37.849	46.575	120.635
Títulos privados	-	-	-	36.211	15.843	33.850	85.904
Títulos públicos	-	-	-	-	22.006	12.725	34.731
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	5.316	82.153	110.764	198.233
Títulos privados	-	-	-	2.595	58.076	23.326	83.997
Títulos públicos	-	-	-	-	19.332	87.438	106.770
Quotas de fundo de investimento abertos	-	-	-	2.721	4.745	-	7.466
Crédito de operações com seguros e resseguros (*)	-	2.345	1.200	23.487	-	-	27.032
Prêmios a receber	-	1.233	128	23.487	-	-	24.848
Operações com seguradoras	-	601	1.019	-	-	-	1.620
Operações com resseguradoras	-	511	53	-	-	-	564
Crédito de operações com previdência complementar	549	396	990	169	-	-	2.104
Contribuições de riscos vigentes não recebidos	549	330	329	169	-	-	1.377
Outros créditos	-	66	661	-	-	-	727
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	776	551	-	161	440	-	1.928
Títulos e créditos a receber	-	2.004	4.159	4.879	-	-	11.042
Títulos e créditos a receber	-	211	71	3.076	-	-	3.358
Outros créditos	-	1.793	4.088	1.803	-	-	7.684
Total dos ativos financeiros	158.029	5.296	6.349	246.800	617.092	429.444	1.463.010

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

	Sem Vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Provisões técnicas (**)	72.921	50.708	64.775	44.965	189.521	752.812	1.1175.702
Seguros - Pessoas	53.455	35.416	22.764	2.612	-	-	114.247
Vida com cobertura de sobrevivência	74	70	348	5.289	14.602	147.942	168.325
Previdência complementar	19.392	15.222	41.663	37.064	174.919	604.870	893.130
Passivos financeiros	52	7.772	6.561	28.641	757	-	43.783
Obrigações a pagar	-	2.181	697	2.396	757	-	6.031
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	3.548	-	-	3.548
Encargos trabalhistas	-	-	-	8.918	-	-	8.918
Impostos e contribuições	-	-	-	7.146	-	-	7.146
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	5.249	6.611	-	-	11.860
Débitos de operações com operações de previdência	52	-	-	22	-	-	74
Depósitos de terceiros	-	5591	615	-	-	-	6206
Total dos passivos financeiros	72.973	58.480	71.336	73.606	190.278	752.812	1.219.485

(*) Valor bruto da provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

(**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculada com base na data efetiva de aviso, e Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), calculada através da data de diferimento e benefícios concedidos (PMBC) de planos previdenciários, calculada de acordo com tempo restante para liquidação do pagamento. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas a Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE), provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR/IBNER) e outras provisões técnicas.

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating de crédito	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor (R\$ mil)	Part. % Total	Valor (R\$ mil)	Part. % Total
Soberano	842.743	60%	924.651	70%
AAA	121.010	9%	89.130	7%
AA	284.529	20%	138.491	10%
A	41.354	3%	56.656	4%
BBB	6.527	0%	6.626	0%
B	3.668	0%	10.893	1%
Total em risco	1.299.831	89%	1.226.447	92%
Sem classificação	161.063	11%	159.815	8%
Total	1.460.934	100%	1.386.262	100%

Para classificação dos ratings são utilizadas as agências Fitch, Moody's e S&P, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

Controle do risco operacional

A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguradora S.A. baseia-se nos componentes e princípios do *framework* do COSO ERM, COSO 2017 e ISO 31000, que têm como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e *compliance*.

O processo de gestão de riscos da Unimed Seguradora S.A. é conduzido pela área de Gestão de Riscos e Governança e está estruturado da seguinte forma:

(i) Identificação dos riscos

O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos e Governança, no apoio às áreas de negócio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguros Unimed. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais:

- Mapear os processos
- Identificar os riscos e fatores de riscos
- Identificar os controles e associá-los aos riscos
- Identificar normas e regulamentações
- Identificação de deficiências.

(ii) Mensuração e avaliação

O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos e Governança no suporte às áreas de negócio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguros Unimed. Destacamos as principais atividades desta etapa:

- Classificação do impacto
- Realização da auto avaliação do ambiente de controle
- Realização do *walkthrough* e testes
- Avaliação da aderência aos normativos
- Avaliação dos riscos residuais.

(iii) Resposta ao risco (mitigação e controle)

Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos e Governança apoia os gestores das áreas de negócio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo:

- Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios, processos ou subprocessos.
- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Essa resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos.

- Compartilhar: atividades que visam a reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou *outsourcing*.
- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco.

Para os riscos que a Administração da Unimed Seguradora S.A. não optar por “Evitar” ou “Aceitar”, deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco.

(iv) Monitoramento

Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos e Governança define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto “alto”). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente.

(v) Reporte

A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Governança no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à Alta Administração da Companhia.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente, por meio de ferramentas e metodologias que visam a manter em funcionamento as atividades essenciais do negócio em situações de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Unimed Seguradora S.A. e seus clientes.

f. Concentração de riscos

A carteira de seguros não apresenta um risco decorrente de concentração de risco. A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, conforme apresentado abaixo:

30/06/2018												
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro												
Ramos	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
Vida em grupo	9.664	3,63%	6.256	2,35%	1.363	0,51%	69.570	26,16%	30.323	11,40%	117.176	44,05%
Eventos aleatórios	4.530	1,70%	7.275	2,74%	1.446	0,54%	67.069	25,22%	14.373	5,41%	94.693	35,61%
Acidentes pessoais	3.112	1,18%	1.832	0,69%	242	0,10%	19.701	7,41%	10.443	3,93%	35.330	13,31%
Auxílio-funeral	1.628	0,61%	609	0,23%	46	0,02%	3.597	1,35%	2.932	1,10%	8.812	3,31%
Desemprego/perda de renda	1.203	0,45%	58	0,02%	-	-	918	0,35%	2.521	0,95%	4.700	1,77%
Prestamista	148	0,06%	1.315	0,49%	56	0,02%	852	0,32%	2.388	0,90%	4.759	1,79%
Viagem	-	-	-	-	-	-	336	0,13%	-	-	336	0,13%
Seguro habitacional - Prestamista	-	-	-	-	-	-	-	-	96	0,03%	96	0,03%
Total	20.285	7,63%	17.345	6,52%	3.153	1,19%	162.043	60,94%	63.076	23,72%	265.902	100%

Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Índice de					
	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento%	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vida	117.130	107.392	51,08	48,41	17,71	17,05
Renda de eventos aleatórios	94.471	89.646	39,27	44,95	20,64	21,05
Acidentes pessoais	35.434	31.751	26,02	16,92	20,73	22,04
Auxílio funeral	8.799	8.461	37,97	36,78	17,30	16,83
Prestamista (exceto habitacional e rural)	4.770	4.174	63,42	64,94	28,11	25,79
Desemprego/perda de renda	4.718	4.215	21,93	19,99	15,84	15,58
Contribuição para cobertura de risco	2.915	3.779	-	-	-	-
Viagem	373	146	260,69	40,24	-	(0,14)
Seguro habitacional em apólices de mercado-Prestamista	98	75	2,08	8,57	39,82	36,38
Total	268.708	249.639	43,08	41,85	19,07	18,97

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor custo Atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Valor justo por meio do resultado		176.577	496.650	272.105	148.959	1.094.291	1.094.291	1.094.291	-	1.094.291	77,44%	962.444	8,49%
Quotas de Fundos de Renda Variável	2	-	-	-	8.059	8.059	8.059	8.059	-	8.059	0,57%	7.900	0,59%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	132.476	132.476	132.476	-	-	132.476	9,37%	91.273	6,84%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	2	-	-	-	1.416	1.416	1.416	-	-	1.416	0,10%	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.731	2.298	-	-	5.029	5.029	5.029	-	5.029	0,36%	14.073	1,06%
Quotas e fundos de investimentos exclusivos		173.846	494.352	272.105	7.008	947.311	947.311	947.311	-	947.311	67,04%	849.198	63,68%
Ações	1	-	-	-	7.006	7.006	7.006	-	-	7.006	0,50%	6.405	0,48%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	3.484	-	-	-	3.484	3.484	3.484	-	3.484	0,25%	3.977	0,30%
Letra Financeira (LF)	2	139.575	70.648	-	-	210.223	210.223	210.223	-	210.223	14,88%	53.957	4,05%
Debêntures	2	1.230	62.758	2.605	-	66.593	66.593	66.593	-	66.593	4,71%	26.361	1,98%
Operações compromissadas	2	-	5.263	3.163	-	8.426	8.426	8.426	-	8.426	0,60%	33.201	2,49%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.596	154.696	20.633	-	177.925	177.925	177.925	-	177.925	12,59%	273.356	20,50%
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	34.753	7.555	-	-	42.308	42.308	42.308	-	42.308	2,99%	48.304	3,62%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	28.419	179.305	8.374	-	216.098	216.098	216.098	-	216.098	15,29%	228.784	17,16%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	-	14.127	237.330	-	251.457	251.457	251.457	-	251.457	17,79%	175.637	13,17%
Fundo Renda Fixa	2	-	-	-	2	2	2	2	-	2	-	10	-
Outras contas a pagar	2	(36.211)	-	-	-	(36.211)	(36.211)	(36.211)	-	(36.211)	(2,56%)	(794)	(0,06%)
Disponível para venda		36.211	37.849	46.575	-	120.635	121.885	120.635	(1.250)	120.635	8,53%	181.826	13,63%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	26.667	-	-	-	26.667	26.667	26.667	-	26.667	1,89%	43.786	3,28%
Recibo de depósito bancário (RDB)	2	-	1.011	-	-	1.011	1.011	1.011	-	1.011	0,07%	-	0,00%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	3.668	-	-	-	3.668	3.668	3.668	-	3.668	0,26%	10.893	0,82%
Debêntures	2	-	4.644	32.962	-	37.606	39.291	37.606	(1.685)	37.606	2,66%	54.218	4,07%
Letra Financeira (LF)	2	5.876	10.188	-	-	16.064	16.030	16.064	34	16.064	1,14%	24.230	1,82%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.785	0,21%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	22.006	10.986	-	32.992	32.601	32.992	391	32.992	2,33%	43.368	3,25%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2	-	-	1.739	-	1.739	1.733	1.739	6	1.739	0,12%	1.678	0,13%
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)	2	-	-	888	-	888	884	888	4	888	0,06%	868	0,07%
Mantidos até o vencimento		5.316	82.153	110.764	-	198.233	198.233	204.993	6.760	198.233	14,03%	189.341	14,20%
Debêntures	2	-	-	23.326	-	23.326	23.326	22.276	(1.050)	23.326	1,65%	-	-
Letra Financeira (LF)	2	2.595	55.243	-	-	57.838	57.838	58.977	1.139	57.838	4,09%	73.983	5,55%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2	-	15.489	23.633	-	39.122	39.121	41.958	2.837	39.122	2,77%	37.260	2,79%
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	3.843	63.805	-	67.648	67.649	71.576	3.927	67.648	4,79%	66.206	4,96%
Quotas de Fundos de Renda Fixa (*)	2	2.721	-	-	-	2.721	2.721	2.721	-	2.721	0,19%	4.427	0,33%
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)	2	-	2.833	-	-	2.833	2.833	2.740	(93)	2.833	0,20%	2.861	0,21%
Quotas de Fundos de Inv. em Participações (FIP)	3	-	4.745	-	-	4.745	4.745	4.745	-	4.745	0,34%	4.604	0,35%
Total		218.104	616.652	429.444	148.959	1.413.159	1.414.409	1.419.919	5.510	1.413.159	100,00%	1.333.611	100,00%

(*) Este fundo de renda fixa aplica seus recursos nos mercados de Crédito Privado com lastro em direitos creditórios imobiliários e tem pagamento de juros e amortização mensal com liquidez somente na data de vencimento.

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada

		<u>30/06/2018</u>	
Títulos	Classe	Taxa de juros Contratada	Saldo contábil
Quotas e fundos de investimentos exclusivos			947.311
Ações	Ações		7.006
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa		2
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,96% CDI	3.484
Operações compromissadas	Títulos Privados Renda Fixa	100,00% CDI	8.426
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	108,51% CDI + 1,12% IPCA + 5,65%	38.900
			25.522
			2.171
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	105,07% CDI	210.223
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados	100,00% Selic	177.925
Letras Tesouro Nacional (LTN)	Títulos Públicos pré-fixados	PRE 11,68%	42.308
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	Títulos Públicos IPCA	IPCA + 4,63%	216.098
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	Títulos Públicos pré-fixados	PRE 12,65%	251.457
Outras contas a pagar	Outras contas a pagar		(36.211)
Carteira Própria			465.848
Quotas de Fundos de Renda Variável	Títulos Privados Renda Fixa		8.059
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Títulos Privados Renda Fixa		135.197
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Títulos Privados Renda Fixa	IPCA + 5,75%	1.416
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,63% CDI	26.667
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	Títulos Privados Renda Fixa	100,30% CDI	1.011
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)	Títulos Privados Renda Fixa	IGPM + 7,51%	2.833
		IPCA + 6,69%	888
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	115,46% CDI + 0,90%	9.611
		IGP-M + 6,10%	53
		IPCA + 6,04%	17.633
		IPCA + 6,04%	33.635
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	Títulos Privados Renda Fixa	107,00% CDI	3.668
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	109,79% CDI + 4,02%	16.064
		IPCA + 5,82%	8.823
		PRE 10,55%	29.150
		PRE 10,55%	19.866
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados	100,00% Selic	5.029
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	Títulos Públicos IPCA	IPCA + 5,81%	100.640
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	Títulos Públicos IGP-M	IGP-M + 6,79%	40.860
Quotas de Fundos de Inv. em Participações (FIP)	Títulos Privados Renda Fixa		4.745
Total			<u>1.413.159</u>

d. Movimentação das aplicações financeiras

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial do semestre	1.333.611	1.087.122
Aplicação	408.581	279.614
Resgate	(364.991)	(235.729)
Receita financeira	37.810	59.122
MTM	(1.852)	1.644
Saldo final do semestre	<u>1.413.159</u>	<u>1.191.773</u>

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	1.175.702	1.079.484
(-) Ativos redutores de resseguro (Nota 8)	(1.663)	(1.093)
(-) Depósitos judiciais de sinistros	<u>(2.755)</u>	<u>(2.727)</u>
Total a ser coberto	1.171.284	1.075.664
Títulos de renda fixa - Públicos	121.449	137.489
Títulos de renda fixa - Privados	130.117	138.796
Aplicações em FIEs Previdenciários (PGBL/VGBL)	<u>1.020.433</u>	<u>849.198</u>
Total de ativos em garantia	<u>1.271.999</u>	<u>1.125.483</u>
Suficiência de cobertura	<u>100.715</u>	<u>49.819</u>

f. Ativos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com derivativos, através de fundos de investimentos exclusivos e fundos de mercado, com o único objetivo de proteção das carteiras para perdas com oscilação nas taxas de juros, e o limite máximo de aplicação é de 100% do patrimônio líquido de cada fundo.

A estratégia de operação, a política de atuação, o gerenciamento de riscos e o controle das operações com derivativos seguem as normas do órgão regulador e foram definidos com os administradores dos fundos cujas medidas constam nos regulamentos dos fundos.

A equipe de gerenciamento de riscos dos administradores utiliza instrumentos estatísticos para o melhor controle dos ativos das carteiras dos fundos da Companhia. As ferramentas mais usuais são: o VaR, calculado através da metodologia de simulação histórica, com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de dado horizonte de tempo e determinado intervalo de confiança; e *stress test*, que avalia o desempenho das carteiras sob condições extremas de mercado.

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

As operações nos mercados de futuros, realizadas por meio dos fundos exclusivos, possuem os contratos custodiados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Fundo	Posição	Tipo	30/06/2018			31/12/2017	
			Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valores (*)	Valores (*)
RF 100	Comprado	DI de 1 dia	(2.399)	(7.931)	(15.698)	(26.028)	(24.248)
	Vendido	DI de 1 dia	492	8.266	2.835	11.593	17.068
RF 100C	Comprado	DI de 1 dia	(9.198)	-	(91.948)	(101.146)	(60.218)
	Vendido	DI de 1 dia	3.050	49.864	17.767	70.681	92.488
RV 15	Vendido	DI de 1 dia	6.395	14.497	231	21.123	5.138
	Comprado	DI de 1 dia	-	(1.749)	-	(1.749)	-
Fundo RF Crédito Privado	Vendido	DI de 1 dia	-	(169)	(55.597)	(55.766)	(53.756)
Total			(1.660)	62.778	(142.410)	(81.292)	(23.528)

(*) Quantidade negativa retrata posição comprada.

6 Créditos das operações de seguros e resseguros

30/06/2018														
	Prêmios a receber				Operações com seguradoras				Operações com resseguradoras					
	Riscos vigentes emitidos	Riscos vigentes não emitidos	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal prêmios	Prêmios	Sinistros	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal Seguradoras	Prêmios	Sinistros pagos a recuperar	Outros créditos	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal resseguradoras	Total
Acidentes pessoais coletivos	2.092	2.172	(129)	4.135	10	322	-	332	17	11	1	(12)	17	4.484
Auxílio-funeral	765	277	(27)	1.015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015
Desemprego/perda de renda	133	70	-	203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203
Prestamista	592	838	-	1.430	-	-	-	-	-	166	1	(1)	166	1.596
Renda de eventos aleatórios	2.993	3.349	(20)	6.322	-	688	(619)	69	-	-	-	-	-	6.391
Habitacional - Prestamista	16	16	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Viagem	72	48	-	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120
Vida em grupo	6.146	5.269	(265)	11.150	54	546	(406)	194	22	321	25	(38)	330	11.674
Total	12.809	12.039	(441)	24.407	64	1.556	(1.025)	595	39	498	27	(51)	513	25.515

31/12/2017														
	Prêmios a receber				Operações com seguradoras				Operações com resseguradoras					
	Riscos vigentes emitidos	Riscos vigentes não emitidos	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal prêmios a receber	Prêmios	Sinistros	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal operações com seguradoras	Prêmios	Sinistros pagos a recuperar	Outros créditos	Provisão para riscos sobre créditos	Subtotal operações com resseguradoras	Total
Acidentes pessoais coletivos	1.536	1.864	(129)	3.271	10	488	-	498	18	304	-	(19)	303	4.072
Auxílio-funeral	678	239	(23)	894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	894
Desemprego/perda de renda	104	25	-	129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129
Prestamista	94	676	-	770	-	-	-	-	-	101	1	(101)	1	771
Renda de eventos aleatórios	2.436	2.976	(27)	5.385	-	688	-	688	-	-	-	-	-	6.073
Habitacional - Prestamista	-	13	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Viagem	145	53	(108)	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
Vida em grupo	4.885	4.688	(205)	9.368	54	331	(93)	292	1	1.173	22	(89)	1.107	10.767
Total	9.878	10.534	(492)	19.920	64	1.507	(93)	1.478	19	1.578	23	(209)	1.411	22.809

7 Prêmios a receber

a. Prêmios a receber

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer		
De 1 a 30 dias	23.448	15.913
De 31 a 120 dias	39	-
Vencidos		
De 1 a 30 dias	920	4.002
De 31 a 120 dias	236	295
De 121 a 365 dias	77	134
Superior a 365 dias	128	68
Total	24.848	20.412
Provisão para redução ao valor recuperável	(441)	(492)
Prêmios líquidos a receber	24.407	19.920

b. Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios pendentes no início do semestre	19.920	17.203
Prêmios emitidos líquidos de cancelamentos	264.768	245.639
Recebimentos	(262.836)	(241.897)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.000	13
Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE)	1.504	758
Provisão para redução ao valor recuperável	51	117
Prêmios pendentes no final do semestre	24.407	21.833

8 Ativos de resseguro - Provisões técnicas

a. Ativos de resseguro - Provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão de IBNR	Provisão para despesas relacionadas IBNR	Total	
						30/06/2018	31/12/2017
Acidentes pessoais coletivos	61	47	48	303	2	461	361
Vida em grupo	94	43	931	312	44	1.424	845
Prestamista	16	1	-	22	1	40	21
Coberturas de risco	3	-	-	-	-	3	-
Total circulante e não circulante	174	91	979	637	47	1.928	1.227

b. Movimentação dos ativos de resseguro - Provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo em 30/06/2018
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	69	1.266	(1.161)	-	174
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	65	49	(23)	-	91
Sinistros pendentes de pagamento	564	4.533	-	(4.118)	979
Provisão de IBNR	492	1.144	(999)	-	637
Provisão de despesas relacionadas de IBNR	37	20	(10)	-	47
Total circulante e não circulante	1.227	7.012	(2.193)	(4.118)	1.928

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo	Resseguradora	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio líquido (Nota 21e)	Sinistros avisados líquidos (Nota 21e)	Agência classificadora	Rating
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	8.478	(3.332)	5.146	2.071	A.M. Best Company	A-
	Total	8.478	(3.332)	5.146	2.071		

9 Créditos tributários e previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
<i>Impostos e contribuições a compensar:</i>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.527	8.429
Outros créditos tributários	798	709
Total circulante	9.325	9.138
Crédito tributário sobre diferença temporária de imposto de renda	21.281	21.245
(-) Tributos diferidos imposto de renda (passivo diferido)	(6.761)	(6.795)
Crédito tributário sobre diferença temporária de contribuição social	12.907	12.876
(-) Tributos diferidos contribuição social (passivo diferido)	(4.132)	(4.232)
PIS diferido	209	206
COFINS diferido	1.286	1.270
Total não circulante	24.790	24.570

10 Custos de aquisição diferidos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	1.342	1.332
Constituição	6.818	7.335
Reversão	(6.763)	(7.340)
Saldo no final do semestre	1.397	1.327
Total circulante	1.174	1.096
Total não circulante	223	231

11 Investimentos

	Unimed Seguros Saúde S.A.		Unimed Seguros Patrimoniais S.A.		Unimed Saúde e Odonto S.A.		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Informações sobre o investimento:								
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	19,40%	48,50%	-	-
Quantidade de ações	38.823.797	38.823.797	101.457.665	39.729.270	19.400.000	19.400.000	-	-
Ativo	1.421.502	1.162.853	125.014	62.420	69.162	30.864	-	-
Passivo	727.454	530.240	42.148	30.254	16.433	10.745	-	-
Patrimônio líquido	694.048	632.614	82.866	32.166	52.729	20.119	-	-
Resultado do período	61.239	77.774	748	1.041	2.601	1.904	-	-
Total de receitas	1.209.003	2.312.638	26.886	32.589	36.770	67.368	-	-
Total de despesas	(1.147.765)	(2.234.864)	(26.138)	(31.549)	(34.169)	(65.464)	-	-
Total do investimento	632.613	559.672	32.164	31.080	9.758	-	674.535	590.752
Aumento de Capital	-	-	50.000	-	-	18.495	50.000	-
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(9.095)	-	-
Dividendos	-	(7.389)	-	-	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários em controlada	196	2.556	(48)	44	(259)	-	(111)	1.201
Resultado equivalência patrimonial	61.239	77.774	748	1.040	731	358	62.718	53.782
Saldos dos investimentos	694.048	632.613	82.864	32.164	10.230	9.758	787.142	645.735
Outros investimentos	32	32	-	-	-	-	32	32
Total	694.080	632.645	82.864	32.164	10.230	9.758	787.174	645.767

12 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do imobilizado

	Movimentação					Saldo em 30/06/2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Outros/ transferências					
Imóveis	21.516	-	-	(335)	-	21.181	25.658	(4.477)	21.181	2%
Hardware	567	238	-	(135)	-	670	3.358	(2.688)	670	20%
Móveis, máquinas e utensílios	2.192	373	-	(201)	-	2.364	4.699	(2.335)	2.364	10%
Veículos	61	-	-	(34)	-	27	487	(460)	27	20%
Equipamentos	545	92	-	(120)	-	517	2.192	(1.675)	517	10%
Sistema aplicativo	470	175	-	(133)	(168)	344	3.529	(3.185)	344	20%
Outras imobilizações	96	-	-	(19)	-	77	854	(777)	77	20%
Total	25.447	878	-	(977)	(168)	25.180	40.777	(15.597)	25.180	

	Movimentação					Saldo em 30/06/2017	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	Outros/ transferências					
Imóveis	22.185	-	-	(335)	-	21.850	25.658	(3.808)	21.850	2%
Hardware	782	63	(23)	(143)	-	679	3.098	(2.419)	679	20%
Móveis, máquinas e utensílios	1.753	112	(1)	(156)	-	1.708	3.695	(1.988)	1.708	10%
Veículos	132	-	-	(36)	-	96	486	(391)	96	20%
Equipamentos	718	3	-	(113)	-	608	2.048	(1.441)	608	10%
Sistema aplicativo	462	-	-	(120)	-	343	3.274	(2.929)	343	20%
Outras imobilizações	54	-	-	(25)	-	28	765	(736)	28	20%
Total	26.086	178	(24)	(928)	-	25.312	39.024	(13.712)	25.312	

b. Movimentação do intangível

	Movimentação								
	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Amortização	Outros/ transferências	Saldo em 30/06/2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
<i>Software</i>	10.994	-	(1.634)	168	9.528	29.303	(19.775)	9.528	20%
Total	10.994	-	(1.634)	168	9.528	29.303	(19.775)	9.528	

	Movimentação								
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Amortização	Outros/ transferências	Saldo em 30/06/2017	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
<i>Software</i>	14.278	-	(1.642)	-	12.636	30.248	(17.612)	12.636	20%
Total	14.278	-	(1.642)	-	12.636	30.248	(17.612)	12.636	

13 Obrigações a pagar

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	3.127	2.067
Aluguéis a pagar	106	133
Dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio	430	482
Participação nos lucros a pagar	2.270	4.051
Outros pagamentos	98	65
Total passivo circulante	6.031	6.798

14 Impostos e contribuições

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda	24.246	14.334
(-) Antecipações de imposto de renda	(21.156)	(14.334)
Contribuição social	20.314	12.179
(-) Antecipações de contribuição social	(17.779)	(12.179)
COFINS	1.308	1.251
PIS	213	203
Total	7.146	1.454

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social, referente ano calendário 2017, foram compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2018.

15 Débitos de operações com seguros e resseguros

a. Operações com Resseguradoras

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmio de resseguro direto	3.123	2.841
Prêmio de resseguro RVNE	451	295
Total	3.574	3.136

b. Corretores de Seguros

	30/06/2018	31/12/2017
Comissões riscos emitidos	2.575	2.012
Comissões a pagar de seguros	1.039	2.330
Comissões riscos emitidos RVNE	2.333	2.036
Redução ao valor recuperável	(114)	(99)
Total	5.833	6.279

16 Depósitos de terceiros

	30/06/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	4.349	4.826
De 31 a 60 dias	429	309
De 61 a 120 dias	146	19
De 121 a 180 dias	131	486
De 181 a 365 dias	536	58
Superior a 365 dias	615	682
Total	6.206	6.380

17 Provisões técnicas de seguros e previdência complementar

a. Provisões técnicas de seguros - Pessoas

Ramos	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	30/06/2018	31/12/2017
Vida em Grupo	1.837	28.852	23.832	2.054	56.575	56.957
Eventos aleatórios	2.974	28.277	7.791	501	39.543	41.995
Acidentes pessoais coletivos	1.003	4.752	4.731	470	10.956	9.921
Prestamista	1.239	1.018	1.021	101	3.379	2.853
Auxílio Funeral	60	674	1.229	6	1.969	1.719
Viagem	261	490	159	-	910	404
Desemprego/perda de renda	-	366	379	-	745	647
Outros	-	154	-	-	154	-
Prestamista imobiliário	-	-	16	-	16	13
Total	7.374	64.583	39.158	3.132	114.247	114.509

(*) Inclui a provisão de IBNER

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros - Pessoas

30/06/2018					
	Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	7.265	66.043	38.094	3.107	114.509
Constituição	25.391	-	1.489	13	26.893
Diferimento/(reavaliação)	(25.282)	(62.470)	(425)	(825)	(89.002)
Avisos	-	173.548	-	1.555	175.103
Juros e atualizações	-	1.934	-	-	1.934
Pagamentos	-	(114.472)	-	(718)	(115.190)
Saldos no final do semestre	7.374	64.583	39.158	3.132	114.247
30/06/2017					
	Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do semestre	7.028	66.025	35.871	219	109.143
Constituição	25.233	-	530	6	25.769
Diferimento/(reavaliação)	(25.119)	(48.426)	(742)	22)	(74.310)
Avisos	-	150.740	-	385	151.126
Juros e atualizações	-	1.032	-	-	1.052
Pagamentos	-	(100.757)	-	(326)	(101.083)
Saldos no final do semestre	7.142	68.634	35.659	262	111.697

c. Movimentação das provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura por sobrevivência (VGBL)

Provisões técnicas de previdência	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Atualizações	Portabilidade e aceita	Portabilidade cedida	Resgates	Benefícios	Transferências	Saldo em 30/06/2018
PGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	722.809	41.499	-	15.791	30.232	(12.342)	(26.211)	-	(1.848)	769.930
Provisão Matemática de Benefícios a Concedidos (PMBC)	7.531	191	(5)	181	-	-	-	(520)	1.679	9.057
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	1.623	180	-	-	-	-	-	1	(1)	1.803
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	259	-	-	-	-	-	-	-	11	270
TRADICIONAL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	78.898	1.127	(763)	5.532	-	(2.320)	(2.358)	-	(275)	79.841
Provisão Matemática de Benefícios a Concedidos (PMBC)	14.316	609	-	476	-	-	-	(808)	265	14.858
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	131	9	(12)	-	-	-	-	-	-	128
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	253	8	-	5	-	-	-	-	(183)	83
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	19.928	-	(3.109)	-	-	-	-	-	-	16.819
Provisão de excedente financeiro	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Outras provisões	345	56	(32)	(31)	-	-	-	-	-	338
VGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	118.771	17.615	-	3.119	41.046	(6.312)	(5.979)	-	(8)	168.252
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	2	-	(1)	-	-	-	-	(2)	-	(1)
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	47	-	-	-	-	-	-	-	(42)	5
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	60	14	(5)	-	-	-	-	-	-	69
TOTAL	964.976	64.542	(7.161)	25.073	71.278	(20.974)	(34.548)	(1.329)	(402)	1.061.455

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

Provisões técnicas de previdência	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Atualizações	Portabilidade e Aceita	Portabilidade Cedida	Resgates	Benefícios	Transferências	Saldo em 30/06/2017
PGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	608.493	37.792	(6.325)	34.891	16.099	(11.008)	(26.738)	-	(236)	652.968
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	5.130	6.471	(718)	255	-	-	-	(5.034)	-	6.104
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	1.354	169	-	-	-	-	-	-	-	1.523
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	240	-	-	-	-	-	-	-	161	401
TRADICIONAL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	85.820	1.232	(2.126)	1.897	-	(1.522)	(3.628)	-	-	81.673
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	13.492	2.372	(1.703)	108	-	-	-	(687)	-	13.582
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	118	9	(2)	-	-	-	-	-	-	125
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	150	-	(2)	23	-	-	-	-	-	171
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	15.751	6.479	-	-	-	-	-	-	-	22.230
Provisão de excedente financeiro	2	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	384	43	(34)	-	-	-	-	-	-	393
VGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	67.124	8.433	300	4.051	12.964	(2.475)	(4.688)	-	-	85.709
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	37	(7)	-	-	-	-	-	(17)	-	13
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	125	-	-	-	-	-	-	-	(119)	6
Provisão matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	40	12	(5)	-	-	-	-	-	-	47
TOTAL	798.260	63.005	(10.615)	41.223	29.063	(15.005)	(35.054)	(5.738)	(194)	864.945

18 Provisões judiciais

Natureza	Provisão para contingências						Depósitos judiciais			
	Saldo em 31/12/2017	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorários de sucumbência	Pagamentos	Saldo em 30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017
1 - Fiscal	81.005	1.627	-	1.683	(10)	-	-	84.305	65.862	62.861
1.1 - COFINS	18.851	-	-	159	(10)	-	-	19.000	14.709	14.469
1.2 - COFINS alargamento da base	9.872	-	-	287	-	-	-	10.159	-	-
1.3 - INSS	6.853	167	-	132	-	-	-	7.152	8.588	8.204
1.4 - IRPJ	1.663	-	-	12	-	-	-	1.675	825	815
1.5 - PIS alargamento da base	1.306	-	-	55	-	-	-	1.361	-	-
1.6 - CSLL 6%	36.519	-	-	863	-	-	-	37.382	39.824	38.878
1.7 - INSS-PLR	291	-	-	3	-	-	-	294	-	-
1.8 - IRRJ Lei do Bem	2.932	-	-	64	-	-	-	2.996	-	-
1.9 - CSLL Lei do Bem	2.316	-	-	51	-	-	-	2.367	-	-
1.10 - INSS Liminar Judicial	402	1.460	-	57	-	-	-	1.919	1.916	495
2 - Trabalhista	1.046	89	(284)	50	(41)	-	-	860	512	486
3 - Contingências cíveis	13.804	619	(4.065)	3.651	(1.010)	(1.056)	(436)	11.507	401	428
4 - Sinistros e benefícios a conceder (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.389	3.959
Total	95.855	2.335	(4.349)	5.384	(1.061)	(1.056)	(436)	96.672	70.164	67.734

(*) Refere-se a depósitos judiciais de ações relacionadas a sinistros e previdência.

- 1.1 COFINS - Alterações na alíquota e na base de cálculo da COFINS, introduzidas pela Lei nº 9.718/98. Foi obtida decisão parcial em relação aos pleitos formulados. Os valores não recolhidos a partir da obtenção do amparo legal, relativos aos meses de novembro de 1999 a agosto de 2003, estão provisionados e atualizados pela taxa Selic. Os processos aguardam decisão na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Os valores relativos aos períodos de setembro de 2003 a dezembro de 2005 foram recolhidos. Os períodos de 2006 em diante estão descritos no item 1.2. A Companhia avalia a probabilidade de perda para esta ação sobre: a) as receitas de prêmios de seguro como provável; b) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota.
- 1.2 COFINS - A Companhia questiona o alargamento da base de cálculo da COFINS. Decisão parcialmente favorável. Os valores devidos, a partir do fato gerador de janeiro de 2006, não foram recolhidos e estão sendo provisionados com as seguintes probabilidades de perda sobre: (a) as receitas de prêmios de seguro como provável; (ii) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e (c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota.
- 1.3 A Companhia questiona a incidência da contribuição previdenciária sobre remunerações pagas ou creditadas a corretores de seguros à alíquota de 17,5% para fatos geradores de julho de 1996 a janeiro de 1999 e à alíquota de 22,5% a partir de fevereiro de 1999. Prognóstico de perda: provável. Todos os valores em discussão estão depositados judicialmente.
- 1.4 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do ano-base de 1993 - Dedução integral da base de cálculo do imposto de renda da diferença entre os índices IPC e BTNF de 1990. A Companhia ingressou com medida cautelar, obtendo a suspensão da exigibilidade do débito em discussão, até o julgamento do recurso extraordinário interposto na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal. Prognóstico de perda: provável.
- 1.5 Alargamento da base de cálculo do PIS - Alargamento da base de cálculo prevista no art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98. Liminar deferida. Os valores devidos, a partir do fato gerador de maio de 2007 até dezembro de 2009, não foram recolhidos e foram provisionados. Probabilidade de perda sobre: a) as receitas de prêmios de seguro como provável; b) as receitas financeiras decorrentes de investimentos compulsórios (reservas técnicas, fundos especiais e provisões) como possível; e c) as receitas decorrentes de investimentos livres como remota.
- 1.6 Majoração de alíquota da CSLL - Medida Provisória nº 413/08 convertida na Lei nº 11.727/2008. O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada. Probabilidade de perda: provável.
- 1.7 Contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participação nos lucros do período de julho de 2006, janeiro e abril de 2007, e janeiro e abril de 2008. Aguarda julgamento de recurso. O processo tramita no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Prognóstico de perda: provável.
- 1.8 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, referente a incentivo fiscal - Lei do Bem, o período de 2014 foi aprovado parcialmente, o período de 2015 foi reprovado e interposto recurso administrativo pela Companhia ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e para o período de 2016 a Companhia aguarda retorno do MCTI. Foi realizada provisão em 2014, 2015, 2016 e 2017, e os valores estão sendo atualizados.
- 1.9 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, referente a incentivo fiscal - Lei do Bem, o período de 2014 foi aprovado parcialmente, o período de 2015 foi reprovado e interposto recurso administrativo pela Companhia ao MCTI e para o período de 2016 a Companhia aguarda retorno do MCTI. Foi realizada provisão em 2014, 2015, 2016 e 2017, e os valores estão sendo atualizados.
- 1.10 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas. A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como probabilidade de perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como probabilidade de perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores no semestre perfazem a quantia de R\$1.460 e juros de R\$57.

2. **Trabalhista**
A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, transitando em diversas fases. Conforme avaliação dos assessores jurídicos, a classificação de perda provável ou possível monta o valor de R\$ 860.
3. **Contingências cíveis**
A Companhia responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, a classificação das probabilidades de perdas provável e possível monta o valor de R\$ 11.507.

Contingência ativa

A Companhia moveu processo judicial indenizatório contra o Ministério das Telecomunicações, referente a prêmios e sinistros, e embora essa ação já ter transitado em julgado favoravelmente a companhia, o processo ainda encontra-se em fase de liquidação da sentença. Na decisão judicial, foi declarado como incontroverso o valor de R\$ 53 milhões, determinando o pagamento via precatório a ser requerido ao TRF da 1ª região. No mês de junho de 2018, a procuradoria geral da União - interpôs recurso para discutir o critério de atualização do crédito ora comentado, solicitando, consequentemente, a suspensão da inclusão desse crédito da lista de pagamento de precatórios devidos pela União Federal, até a resolução dessa pendência. Este recurso encontra-se pendente de julgamento.

Além deste recurso, o processo segue seu trâmite para apuração final do valor controverso, sendo que, de acordo com os cálculos preliminares dos peritos, o valor monta em aproximadamente R\$ 40 milhões. Em razão dos fatos acima comentados, a Administração entendeu que esse assunto deve ser monitorado periodicamente e que nesse momento a entrada de caixa não é praticamente certa e, portanto, tais montantes estão sendo apenas divulgados e não reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias, em consonância com os preceitos do CPC 25.

Contingências cíveis relacionadas a sinistros e benefícios (provisão de sinistros a liquidar)

a. Composição das ações judiciais de sinistros e benefícios

Probabilidade de perda	Sinistros e Benefícios					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	319	7.697	16.418	388	10.093	21.531
Possível	306	15.896	10.537	248	12.176	7.343
Remota	383	20.663	-	472	22.264	11
Total	1.008	44.256	26.955	1.108	44.533	28.885

b. Movimentação de sinistros e benefícios judiciais

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do semestre	24.086	27.229
Total pago	(3.408)	(155)
Novas constituições	671	2.412
Baixa da provisão por êxito	(2.280)	(2.362)
Alteração de estimativas ou probabilidades	2.359	1.097
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	1.971	242
Saldo no final do semestre (*)	23.399	28.463

(*) Saldo líquido referente a cosseguro que totaliza R\$ 3.556 (R\$ 4.799 em 2017)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 519.714 (R\$ 469.759 em 2017), representado por 5.003.523.422 ações nominativas, sendo 3.851.654.797 ordinárias e 1.151.868.625 preferenciais.

- **Capital social autorizado** - De acordo com o Estatuto da Unimed Seguradora S.A., compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de ações até o limite do capital autorizado. O valor do capital social autorizado é de R\$ 600.000, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2012 e aprovação da SUSEP, por meio da Portaria SUSEP nº 5.047, de 26 de dezembro de 2012, ratificado por meio da Portaria SUSEP nº 299, de 30 de março de 2017, ratificado por meio da Portaria SUSEP nº 849, de 11 de abril de 2018.

b. Reserva legal

Constituída após apuração do resultado do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia e no intangível, e acréscimo do capital de giro.

A constituição da reserva de investimento e capital de giro pode ser dispensada ou diminuída por deliberação da Assembleia Geral, na hipótese de esta vir a decidir pela destinação de lucros para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

d. Dividendos

De acordo com o art. 35, § 1º, inciso II do Estatuto Social da Unimed Seguradora S.A., o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- Lucro líquido do exercício
- (-) Destinação de reserva legal de 5%
- Sobre a base gerada, distribuição, no mínimo, de 10% como dividendos.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	1.073.500	988.579
Ajustes contábeis:	(797.408)	(686.057)
Participações societárias:		
Unimed Seguros Saúde S.A.	(694.048)	(632.614)
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	(82.864)	(32.166)
Unimed Saúde e Odonto S.A.	(10.230)	(9.758)
Participação em empresas de outras atividades	(32)	(30)
Despesas antecipadas	(706)	(495)
Ativos intangíveis	(9.528)	(10.994)
Ajustes econômicos	5.583	1.563
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	33	129
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	5.322	555
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.717	7.087
Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(3.489)	(6.208)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	281.675	304.085
Capital Mínimo Requerido (CMR)	114.754	115.371
Capital base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	114.754	115.371
Capital risco de subscrição	92.408	89.572
Capital risco de crédito	25.929	29.026
Capital risco operacional	1.661	1.569
Capital risco de mercado	15.778	18.975
Redução por correlação dos riscos	(21.022)	(23.771)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	114.754	115.371
Suficiência de capital	166.921	188.714
Suficiência de capital (%)	59%	62%

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta índice de liquidez de 87,79%.

f. Ações em tesouraria

Os valores contidos em ações de tesouraria referem-se à recompra de ações de acionistas.

A aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria, será efetuada quando não houver interesse de compra por outro acionista ou por determinação judicial.

20 Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

É contabilizada na rubrica “Despesas administrativas” a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Em 30 de junho de 2018, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 3.052 (R\$ 3.040 em 30 de junho de 2017). As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore e comissão de corretagem (despesas de comercialização) com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed e com a Unimed Clube de Seguros Ltda., e Unimed Corretora de Seguros Ltda.
- (b) Despesas de seguro-saúde e odontológico com as suas controladas Unimed Seguro Saúde S.A. e Unimed Saúde e Odonto S.A.
- (c) Receita com prêmio de seguro de vida e previdência com as suas controladas Unimed Seguros Saúde S.A., Unimed Saúde e Odonto S.A. e Unimed Seguros Patrimoniais S.A., sua controladora Unimed Participações S.A., as empresas relacionadas ao Sistema Cooperativo Unimed (Unimed do Brasil e Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais) e acionistas minoritários. Recuperação de custos pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com as empresas do grupo Seguros Unimed.
- (d) Recuperação de custos pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com as empresas do grupo Seguros Unimed.

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

Ativo	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a receber (c)					
Unimed Seguros Saúde S.A.	355	-			
Federação Interfederativa do Estado de MG	10	3	Acionistas minoritários	430	482
Unimed do Brasil	131	28			
Acionistas minoritários	2.931	2.669	Débitos de operações		
			Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	16	185
			Débitos de operações com seguros e resseguros (a)		
			Unimed Clube de Seguros S.C. Ltda.	131	114
			Acionistas minoritários	21	28
Títulos a receber (d)			Provisão de sinistros a liquidar		
Unimed Saúde e Odonto S.A.	226	223	Acionistas minoritários	632	1.001
Unimed Seguros Saúde S.A.	2.804	3.927	Provisão matemática de benefícios a conceder		
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	46	70	Acionistas minoritários	98.803	97.953
Dividendos a receber					
Unimed Seguros Saúde S.A.	-	7.389			
Total ativo	6.503	14.309	Total passivo	100.033	99.763
Receita (c)	30/06/2018	30/06/2017	Despesa	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos			Sinistros ocorridos		
Unimed Seguros Saúde S.A.	548	587	Unimed Seguros Saúde S.A.	214	300
Unimed Saúde e Odonto S.A.	6	6	Acionistas minoritários	2.654	1.382
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	2	2			
Federação Interfederativa do Estado de MG	83	83	Despesas de comercialização (a)		
Unimed Participações S.A.	-	25	Unimed Clube de Seguros S.C. Ltda.	769	680
Unimed do Brasil	174	141	Unimed Corretora de Seguros Ltda.	8	137
Acionistas minoritários	50.138	48.679	Acionistas minoritários	2.480	2.233
			Outras despesas operacionais		
			Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	371	-
Arrecadação de planos de previdência (c)			Resgates/Benefícios/Portabilidades cedidas		
Unimed Seguros Saúde S.A.	229	250	Acionistas minoritários	1.284	1388
Unimed Saúde e Odonto S.A.	23	22	Despesas administrativas (b)		
Acionistas minoritários	4.656	4.530	Unimed Seguros Saúde S.A.	2.283	1.938
Portabilidades aceitas de planos de previdência			Unimed Saúde e Odonto S.A.	6	9
Acionistas minoritários	255	-	Demais administradores	3.052	3.040
Recuperação das despesas administrativas (d)					
Unimed Saúde e Odonto S.A.	1.312	1.276			
Unimed Seguros Saúde S.A.	18.506	16.451			
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	309	518			
Total receita	76.241	72.570	Total despesa	13.121	11.098

21 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	264.768	245.639
RVNE	1.504	759
Prêmios de cosseguros cedidos a congêneres	-	(50)
Prêmios restituídos	(370)	(373)
Total	<u>265.902</u>	<u>245.975</u>

a. Sinistros retidos

	30/06/2018	30/06/2017
Indenizações avisadas	(111.524)	(103.350)
Despesas com sinistros	(738)	(365)
Despesas com serviços de assistência	(1.330)	(1.251)
Ressarcimentos	14	29
Recuperação de sinistros	134	286
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.064)	212
Despesas com benefícios	(10)	9
Variação de PDR de IBNR	(1.248)	(43)
Total	<u>(115.766)</u>	<u>(104.473)</u>

b. Custo de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Comissões sobre prêmios emitidos	(40.971)	(38.014)
Comissões de agenciamento	(1.211)	(1.171)
Recuperação de comissões de cosseguro	-	25
Variação das despesas de comercialização diferidas	53	(6)
Despesas com pró-labore	(9.113)	(8.195)
Total	<u>(51.242)</u>	<u>(47.361)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para redução ao valor recuperável	(881)	57
Despesas contingenciais	3.584	(109)
Receitas com operações de seguros	63	70
Despesas com encargos sociais	(167)	(233)
Outras receitas e despesas operacionais	(25)	-
Outras despesas com operações de seguros	(896)	(830)
Despesas com provisões	(196)	(118)
Total	<u>1.482</u>	<u>(1.163)</u>

d. Resultado com resseguro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas com resseguro:	2.230	(422)
Indenizações de sinistros	2.071	(279)
Despesas relacionadas a sinistros	13	10
Variação da provisão de IBNR	145	(153)
Variação da provisão de despesas relacionadas de IBNR	1	-
Despesas com resseguro:	(5.017)	(4.775)
Prêmios de resseguro cedido	(5.146)	(4.829)
Prêmios de resseguro RVNE	(158)	(34)
Variação das despesas de resseguro diferido	129	88
Outros resultados com operação de resseguro	157	-
Total	<u>(2.787)</u>	<u>(5.197)</u>
Receitas com resseguro de previdência:	403	-
Indenização de benefícios	403	-
Despesas com resseguro de previdência:	(493)	(1)
Contribuições de resseguro	(493)	(1)
Total	<u>(90)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u><u>(2.877)</u></u>	<u><u>(5.198)</u></u>

e. Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio	(30.476)	(30.278)
Serviços de terceiros	(15.232)	(11.904)
Localização e funcionamento	(8.766)	(8.264)
Publicidade e propaganda	(2.844)	(3.054)
Outros	(226)	(2.566)
Total	<u>(57.544)</u>	<u>(56.066)</u>

f. Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
COFINS	(6.673)	(3.431)
PIS	(1.065)	(525)
Taxa de fiscalização	(1.278)	(881)
Outras	(962)	(1.038)
Total	<u>(9.978)</u>	<u>(5.875)</u>

g. Receitas e despesas financeiras

<i>Receitas</i>	30/06/2018	30/06/2017
Receitas com títulos privados	8.422	8.535
Valor justo por meio do resultado	78	1.298
Disponível para venda	4.436	3.745
Mantidos até o vencimento	3.908	3.491
Receitas com títulos públicos	7.913	8.663
Valor justo por meio do resultado	359	2.154
Disponível para venda	2.497	2.736
Mantidos até o vencimento	5.057	3.773
Receitas com fundos de investimentos	32.871	43.224
Valor justo por meio do resultado	32.643	42.911
Mantidos até o vencimento	228	313
Receitas financeiras com operações de seguros	-	710
Receitas financeiras com depósitos judiciais	1.329	2.394
Receitas com créditos tributários	14	-
Outras receitas financeiras	21	680
Total receitas financeiras	50.570	64.206
<i>Despesas</i>		
Despesas com fundos de investimentos	(986)	(571)
Valor justo por meio do resultado	-	(24)
Disponível para venda	(986)	-
Mantidos até o vencimento	-	(547)
Despesas com fundos de investimentos	(12.558)	(729)
Valor justo por meio do resultado	(10.830)	(729)
Mantidos até o vencimento	(1.728)	-
Despesa financeira com operações de seguros	(1.934)	(1.127)
Despesa financeira com provisões técnicas - VGBL	(3.119)	(4.051)
Despesa financeira com provisões técnicas - Previdência complementar	(21.949)	(37.158)
Despesa financeira com operações de previdência - Judicial	(4)	(14)
Juros e atualização monetária sobre provisões judiciais	(4.323)	(3.315)
Outras despesas financeiras	(34)	(15)
Total despesas financeiras	(44.907)	(46.979)
Resultado financeiro	5.663	17.227

h. Resultado patrimonial

	30/06/2018	30/06/2017
Receita de aluguel com imóveis de renda	83	83
Resultado de equivalência patrimonial	62.718	53.782
Outras receitas	2	2
Total	62.803	53.867

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	104.729	96.005	104.729	96.005
Adições:				
Provisão para contingências	817	3.400	817	3.400
Provisão para risco de créditos	847	-59	847	-59
Brindes e patrocínio	231	345	231	345

Unimed Seguradora S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais em 30 de junho de 2018*

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Programa de participação no resultado	(1.781)	(963)	(1.781)	(963)
Equivalência patrimonial				
Outras	4	-	4	-
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(62.718)	(53.625)	(62.718)	(53.625)
Receita de atualizações com depósitos judiciais	(1.456)	(852)	(1.456)	(852)
	40.673	44.251	40.673	44.251
Imposto de renda e Contribuição social	(6.101)	(6.638)	(8.135)	(8.850)
Adicional 10%	(4.055)	(4.413)	-	-
Patrocínio			-	-
Outros	244	266	-	-
Tributos correntes	(9.912)	(10.785)	(8.135)	(8.850)
Tributos diferidos	(393)	382	(236)	305
Outros tributos diferidos	-	(20)	(4)	(16)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(10.305)	(10.423)	(8.374)	(8.561)
Alíquota efetiva	9,84%	10,86%	8,00%	8,92%
	*	*	*	*

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custódio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8